



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14383 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

A Educação do Campo no livro didático de Geografia: Uma análise sobre Trabalho, Condições de Vida e Pertencimento Cultural

Rosângela Brandao Mota - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Luiz Paulo Jesus de Oliveira - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA:

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO, CONDIÇÕES DE VIDA E PERTENCIMENTO CULTURAL

Resumo: Essa produção vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGEDUCAMPO/UFRB), analisa como a Educação do Campo se contextualiza no livro didático de Geografia, considerando as dimensões trabalho, condições de vida e pertencimento cultural. Aborda o ensino de Geografia na educação básica e contextualiza a educação rural e do campo, com o propósito de evidenciar a importância das vivências, na formação do estudante. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se da análise de leis e documentos, e de conteúdo do livro didático, do 6º ano, aprovado pelo PNLN, no ano de 2019, da rede municipal de Amargosa, BA. Os dispositivos para análise foram os registros imagéticos (fotografias) e textos. A pesquisa diagnosticou que a abordagem do conteúdo não tem contribuído, de forma satisfatória, na valorização dos estudantes que moram no campo, visto seu interesse maior em elementos que caracterizam a dinâmica da cidade e ao conhecimento urbanocêntrico. Este estudo torna-se relevante, como uma ação que se propõe a promover a formação do professor, pautada na ressignificação do conteúdo geográfico, a partir dos valores da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Trabalho, Ensino de Geografia.

Introdução

O lugar de vivência está relacionado com o espaço geográfico que possui um

significado de pertencimento para uma pessoa ou grupo de pessoas. Assim, é preciso apresentar os conteúdos do componente curricular de Geografia, promovendo estratégias que os tornem representativos, com base na realidade do trabalho, condições de vida e pertencimento cultural dos sujeitos sociais.

Há o agravante que por muito tempo os camponeses foram representados pela ideia de [1]inferioridade. Lima (2013) pontua que existe uma negação do campo enquanto espaço de produção cultural, econômica e política, traduzindo as comunidades do campo como espaço de atraso e de improdutividade. Com o propósito de elucidar esta problemática social, entende-se que a escola tem responsabilidade em encerrar este ciclo de exclusão e preconceito.

Nestas premissas, define-se como objetivo geral: analisar como a Educação do Campo se contextualiza no livro didático de Geografia, considerando as dimensões trabalho, condições de vida e pertencimento cultural. Para isto, foram propostos os objetivos específicos: a) abordar a concepção do ensino de Geografia na educação básica, especificamente no 6º ano do ensino fundamental; b) contextualizar historicamente a educação rural e a Educação do Campo; c) evidenciar as vivências e valores do campo, a partir dos conteúdos de Geografia do 6º ano.

Metodologia

Tendo como foco a contextualização da Educação do Campo no ensino de Geografia, foi realizada uma análise de conteúdo do livro didático do 6º ano do ensino fundamental.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar

diretamente”. No que tange à proposta, esta investigação foi desenvolvida a partir da pesquisa qualitativa, o que para Alvarenga (2011, p. 10) “proporciona ao longo do desenvolvimento do estudo, descrever e compreender as situações e os processos de maneira integral e profunda”.

Foram aplicados instrumentos de coleta de dados, observação, análise documental e de conteúdo, atrelados às representações dos conteúdos do livro didático de Geografia.

Como análise de documento, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que descreve os conteúdos específicos do componente Geografia do 6º ano do ensino fundamental.

Análise e discussão de resultados

Houve um intenso fechamento de escolas do campo durante a década de 2010/2020, conforme se constata nos indicadores educacionais oficiais do INEP/MEC. Tal fato evidencia

a negação do direito à educação dos povos camponeses e impactam negativamente nos processos educativos dos sujeitos em seus territórios.

Este tipo de política educacional permite entender que as ações de fechamento de escolas coadunam com um governo neoliberal, que está a favor de políticas de liberalização econômica, como as privatizações e o corte de despesas governamentais, a fim de reforçar o papel do setor privado na economia e, que por consequente, age de maneira a destituir o direito da classe trabalhadora do campo de ter uma escola pública.

Conforme afirma Fernandes (2002), é preciso intensificar a luta, pois, ainda sobreleva um modelo educacional que nega o campo como espaço de múltiplos saberes e que singulariza a diversidade cultural.

De acordo Caldart (2012), o campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali [\[2\]](#) vivem.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p. 15).

O trabalho é um processo histórico a partir do momento que ele perde a sua essência para então se tornar meio de produção de mercadorias, exclusivamente para satisfazer os interesses do capital. Através dele, o indivíduo se constrói como pessoa atuante na natureza, ao mesmo tempo em que constrói a sociedade e transforma a realidade em que vive.

As condições de vida dos povos do campo são múltiplas e conhecê-las é necessário no ensino de Geografia, porque permite entender a forma de trabalhar no campo que, mais do que uma forma de produzir, corresponde a um modo de vida no campo.

Para Brandão (1995), o campo e o camponês se concretizam pela ligação íntima do ser humano com a terra, formando o ‘modo de vida’ do camponês dentro do espaço geográfico, numa socialização espacial real para o sujeito do campo.

Na análise do livro didático, as considerações críticas começam já na apresentação da sua capa em que aparece uma imagem explícita de um espaço rural, com ênfase no agronegócio.

Como se chegou a esta percepção? A partir da ideia dos elementos visíveis, tais como as máquinas agrícolas, aplicação de satélites de sistema de posicionamento global (GPS), utilização de aparelhos tecnológicos, a produção em larga escala e a prática da monocultura para abastecer mercados consumidores, sobretudo internacionais.

Há de se considerar dois fatores na capa do livro que permeiam o sistema capitalista de tratar a terra: a territorialização do capital na agricultura e o monopólio do território pelo capital (OLIVEIRA, 2000). Neste modelo apresenta-se o agronegócio favorecendo a territorialização do capital no campo, a partir de grandes empresas agropecuárias e

industriais, utilizando o território de acordo com seus interesses e a visibilidade da dominação da propriedade privada da terra por classes sociais determinadas.

Como o professor de Geografia pode agir ao se deparar com a imagem disposta na figura 1? Quais abordagens mediante esta situação? Ocultar a intencionalidade de relacionar o trabalho ao capital ou identificá-la?

A categoria trabalho, na sua dimensão histórica, assume um caráter fundamental para o processo de ensino de Geografia e da Educação do Campo, sendo para cada povo do campo um ato emancipatório peculiar, tendo aí um princípio educativo.

Neste aspecto, há de se questionar, por exemplo sobre: quem é que produz e como é esta produção? Quais as necessidades daqueles que produzem e dos donos da produção? Há diferença nas classes sociais e quais relações de trabalho são produzidas nas sociedades de classes?

A Figura 2 mostra uma rua comercial em Hong Kong, na China, que é um centro urbano, financeiro global e densamente povoado, marcado por arranha-céus e um bairro industrial em Contagem, no estado de Minas Gerais.

A Figura 3 permite explorar a condição clássica do trabalhador rural no Brasil: o trabalho masculino. Neste cenário, as diferenças de gênero estão rigorosamente presentes no campo, através de hierarquia familiar, da divisão do trabalho, ocorrendo a exclusão das mulheres do meio produtivo.

Na página 167 ocorre novamente a apropriação deste perfil masculino do trabalhador rural. Desta vez apresentando um agricultor familiar na Espanha. Atentando-se para uma observação mais detalhada ficam constatadas as semelhanças com a atividade agrícola desenvolvida pelo trabalhador brasileiro, dentre elas: o homem como protagonista das produções rurais, trabalho solitário e manual (Figura 4).

Mesmo a agricultura familiar tendo toda uma expressividade, por que ainda insiste em representá-la por meio de trabalhadores solitários, como bem ilustram as figuras 4 e 5? Não seria uma forma de representação contraditória?

Além disto, esta situação ilustra de uma maneira ampla a realidade da divisão sexual das atividades, cabendo ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura e à mulher o trabalho relativo aos cuidados domésticos e dos filhos.

A Figura 5 pode levar o estudante a pensar sobre os elementos culturais como se eles só pudessem ser produzidos nos espaços urbanos, sem considerar a sua existência também em outros espaços, como no rural.

As imagens permitem explorar questões: o rural como o espaço idílico, bucólico, rústico, não povoado; a visão da cidade como lócus da cultura, do civilizado. Nelas, é possível perceber a dicotomia campo-cidade, em que as relações entre estes espaços não são evidenciadas.

O pertencimento cultural é fomentado nas páginas 20 e 21 pelo estímulo à associação do conceito de lugar ao espaço de vivência, sem, contudo, apresentar as relações pessoais e os vínculos afetivos que são construídos e vivenciados no campo, como explicitados na Figura 6.

Nesta imagem aparecem os frequentadores da Praça Pedro Sanches em Poço de Caldas, Minas Gerais. Este espaço é um dos principais pontos turísticos, com a realização de manifestações culturais. Todo este histórico promove a visualização da relação da identidade destas pessoas com a cidade. Entretanto, neste modelo não são demonstradas imagens que indiquem, nesta mesma proporção, a relação da identidade cultural com o campo.

Considerações finais

Tomando como referência a BNCC, observou-se que na abordagem da Geografia no 6º ano — embora preveja a valorização das realidades, experiências e autonomia locais —, a Educação do Campo, que tem caráter crítico, contra-hegemônico, muito pouco se estabeleceu.

As categorias analíticas apresentadas trouxeram conhecimento sobre as relações do campo e cidade, como as formas de trabalho, de uso e luta pela terra, das tradições culturais, modos de vida, as contradições existentes, os diferentes projetos de desenvolvimento do campo.

Contudo, a forma como a BNCC foi executada criou modelos padronizados, que privilegiam formas homogêneas de abordagem dos conteúdos.

Apesar de a população do campo ter direito a ser educada no lugar onde vive, há um descaso político pelas escolas do campo, dado ao fechamento de várias delas no decorrer dos anos. As marcas de sentido passaram pela análise dos conteúdos aprisionados ao conhecimento urbanocêntrico.

As fotografias privilegiam a propriedade da terra, a partir da aplicação de alta tecnologia e larga produtividade, cultivo de monoculturas, do agronegócio. As paisagens do campo sugerem isolamento entre as pessoas, enquanto as da cidade mostram uma interdependência entre elas.

Importante enfatizar que mesmo o livro didático não sendo material advindo do PNLD Campo, ele deveria conter elementos potenciais sobre a realidade do campo, visto que o ensino da Geografia não pode ser seletivo, privilegiando os atributos da cidade.

Diante desta realidade, outras estratégias devem surgir, como a possibilidade de formação continuada em Geografia; treinamento com os professores para melhorar suas habilidades na seleção do livro didático; acompanhamento dos livros didáticos propostos para o PNLD; inclusão da cultura do campo no currículo escolar; e produção de materiais didáticos de Geografia voltados para a realidade do estudante que mora no campo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**: Normas Técnicas de apresentação de Trabalho Científico. Tradução de Cesar Amarilhas. Assunção, Paraguai: A 4 Diseños, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional. *In: MESQUITA, Zilá; Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.* Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDART, Roseli Salette. Sobre educação do campo. *In: III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).* Luziânia, Goiás, 2012. Anais [...]. Luziânia –GO. 2012.

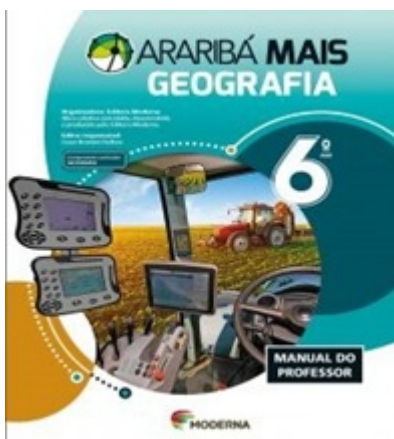
FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In: SADER, Emir (Org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.* São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Elmo de S. Educação do campo, currículo e diversidades culturais. **Espaço do Currículo**, v. 6, n. 3, p. 608-619, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec> Acesso em: 14 abril 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2000.

Figura 1 – Livro didático, 6º ano, adotado pela SEMED de Amargosa, 2019



Fonte: Dellore (2018).

Figura 2 – Transformação das paisagens pelo trabalho humano



Fonte: Dellore (2018, p.19).

Figura 3 – O trabalhador no campo brasileiro



Fonte: Dellore (2018, p. 29).

Figura 4 – Trabalhador no campo europeu



Fonte: Dellore (2018, p. 167).

Figura 5 – Elementos naturais e culturais: urbano e rural



Fonte: Dellore (2018, p. 12).

Figura 6 – Paisagem e pertencimento cultural



Fonte: Dellore (2018, p. 20).

[1]

Um exemplo disso seria o contexto de vida em torno do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato que explicita essa inferioridade em suas interpretações sobre o Brasil.

[2]

“O surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho” (CALDART, 2012, p. 257-258).